

---

**CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ: ASPECTOS AGRÁRIOS, TECNOLÓGICOS E SOCIAIS - 2006 e 2017****CHARACTERIZATION OF FAMILY FARMING IN PARANÁ STATE, BRAZIL: AGRARIAN, TECHNOLOGICAL AND SOCIAL ASPECTS - 2006 and 2017****CARACTERIZACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR DEL ESTADO DE PARANÁ, BRASIL: ASPECTOS AGRÁRIOS, TECNOLÓGICOS Y SOCIALES - 2006 y 2017****Leandro Corrêa André<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-4862-2402>**Dimas Soares Júnior<sup>2</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-7883-6284>**Giovanna Gomes Previdello<sup>3</sup>**<https://orcid.org/0000-0003-4757-4725>**Angelita Bazotti<sup>4</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-3463-6686>**Submissão: 01/10/2021 / Aceito: 01/02/2022 / Aceito: 31/03/2022.****Resumo**

O texto objetivou apresentar uma caracterização da agricultura familiar no Estado do Paraná, região Sul do Brasil, nos anos de 2006 e 2017. A pesquisa utilizou a análise comparativa e os dados foram extraídos das bases dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseando-se nas características dos estabelecimentos e do perfil dos agricultores familiares, ocorrência de práticas agrícolas e de outras rendas não agrícolas. A análise comparativa entre os anos estudados aponta um quadro de estabilidade na estrutura agrária, quando consideradas a condição legal das terras, os grupos de área total e os grupos de área de lavoura, ou de alterações pontuais em aspectos como a forma de obtenção das terras e participação no total estadual dos diferentes grupos de utilização. Os aspectos tecnológicos indicam um ligeiro aumento na oferta de assistência técnica, ainda que com estabilidade daquela ofertada pelo setor público, e crescimento da ocorrência de práticas como o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Observa-se também um pequeno avanço da presença, ainda limitada a 14% em 2017, de mulheres como responsáveis pelos estabelecimentos e o envelhecimento dos responsáveis pela direção das unidades produtivas, com o avanço da classe de idade acima dos 55 anos, a qual passa de pouco

---

<sup>1</sup> Geógrafo. Universidade Estadual de Londrina / Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR - EMATER – IDR Paraná. E-mail: [leandrocorrea105@gmail.com](mailto:leandrocorrea105@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Agronomia. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR - EMATER – IDR Paraná. E-mail: [dimasjr@idr.pr.gov.br](mailto:dimasjr@idr.pr.gov.br)

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina / Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR - EMATER – IDR Paraná. E-mail: [giprevidello@gmail.com](mailto:giprevidello@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. E-mail: [angelitabazotti@gmail.com](mailto:angelitabazotti@gmail.com)



mais de um terço a quase metade dos estabelecimentos. Consta-se ainda que o nível de educação formal, ainda insuficiente e predominantemente restrito ao ensino fundamental, apresenta mudanças importantes nas classes intermediárias. Finalmente, verifica-se que mais do que dobra a ocorrência de estabelecimentos com rendas advindas de aposentadorias e pensões, principal fator responsável para que outras rendas não agrícolas estejam presentes, em 2017, em mais de 61% dos estabelecimentos agropecuários familiares paranaenses.

**Palavras-chave:** assistência técnica; aposentadoria rural; educação rural; envelhecimento rural; outras rendas não agrícolas.

### Abstract

This article proposed introduce technical features of family farming in state of Paraná, South of Brazil between the years 2006 and 2017. The research was based on comparative analysis with the data presented in Agricultural Census realized by Brazilian Institute of Geography and Statistics, describing the establishments, profile of the farmers, occurrence of agricultural practices and other finances. The analysis between the years points to an stability in agrarian structure when considered legal conditions of the lands, groups of total area, tillage groups, or ponctual changes in aspects as ways of obtaining lands and total participation in several usage groups. The technological aspects shows a quick improvement on technical assistance even with the stability of those offered by public sector and growth of practicals as in pesticides and chemical fertilizers. Notices too a minor advance of presency, even though limited to 14% in 2017 of women responsible for the establishments and the aging of directors of productive unites with the advancement of farmers with 55 years old or more, wich exceed about one third to almost half establishments. It also ensures that the level of formal education, still insufficient and most restrict to elemntary school, presents relevant changes in intermediate classes. Lastly, verifies that the occurency of establishments with incomes from retirement and pensions more than doubled, major responsible fact due non-farming incomes are still present, in 2017 more than 61% of Family establishments in Paraná.

**Keywords:** non-agricultural income, rural advisory, rural aging, rural education, rural retirement.

### Resumen

El texto tuvo como objetivo presentar una caracterización de la agricultura familiar en el estado de Paraná, sur de Brasil, en los años 2006 y 2017. La investigación utilizó análisis comparativo y los datos fueron extraídos de las bases del Censo Agropecuario del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística. (IBGE), en función de las características de los establecimientos y el perfil de los agricultores familiares, la ocurrencia de prácticas agrícolas y otras rentas no agrícolas. El análisis comparativo entre los años estudiados apunta a un marco de estabilidad en la estructura agraria al considerar la condición jurídica de la tierra, los grupos de superficie total y los grupos de superficie de cultivo, o de cambios puntuales en aspectos como cómo obtener la tierra. y participación en el total estatal de los diferentes grupos de uso. Los aspectos tecnológicos indican un leve incremento en la oferta de asistencia técnica, aunque con estabilidad en la ofrecida por el sector público, y un incremento en la ocurrencia de prácticas como el uso de plaguicidas y fertilizantes químicos. También hay un pequeño aumento de la presencia, todavía limitada al 14% en 2017, de mujeres responsables de los establecimientos y del envejecimiento de los responsables de la gestión de las unidades productivas, con el avance de la franja de edad por encima de los 55 años, que pasa desde algo más de un tercio hasta casi la mitad de los establecimientos. También se verifica que el nivel de educación formal, aún insuficiente y predominantemente restringido a la educación primaria, presenta cambios importantes en las clases intermedias. Finalmente, parece que más del doble de la ocurrencia de establecimientos con ingresos por retiro y pensiones, el



principal factor responsable de otros ingresos no agrícolas para estar presente, en 2017, en más del 61% de los establecimientos agrícolas familiares en Paraná.

**Palabras Clave:** asistencia técnica, educación rural, envejecimiento rural, jubilación rural, otros ingresos no agrícolas.

## INTRODUÇÃO

A publicação do Censo Agropecuário 2017 trouxe uma gama de informações, em quantidade e qualidade, para subsidiar pesquisas e políticas públicas na área da agricultura no Brasil. Além de fornecer um retrato daquele ano, esse Censo permite também a comparação de dados (tomados os devidos cuidados metodológicos) com os anos anteriores, o que favorece uma análise temporal.

Neste artigo, são trabalhados os dados que se referem a um recorte desse universo do Censo, que são os estabelecimentos classificados como familiares. A categoria de agricultura familiar conquista espaço no cenário acadêmico e político no Brasil a partir da década de 1990, sendo discutida por inúmeros autores com pontos de convergência que se centram em reunir, na família, ao menos o tripé gestão, propriedade e trabalho (ABRAMOVAY, 1997, GASSON; ERRINGTON, 1993, WANDERLEY, 1996). É a combinação desses três elementos que permite a identificação de um estabelecimento familiar como sendo, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social. Entende-se que esse tripé atua como grandes coordenadas que delineiam o que se entende por agricultura familiar, não sendo uma classificação engessada. Ele dá conta de acompanhar as transformações latentes e não raras observadas nesse público.

Em virtude das discussões acadêmicas e demandas das organizações sociais, o governo brasileiro instituiu, em 24 de julho de 2006, a Lei nº 11.326 que ficou conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, cujo grande predicado é tornar o conceito mensurável e objetivo, possibilitando o uso para o acesso a políticas públicas e à implementação de estudos e análises.

Os critérios dessa lei nortearam a publicação de estudos e dados do Censo Agropecuário de 2006. Para o Censo Agropecuário de 2017, o IBGE publicou as variáveis classificadas por tipos de estabelecimentos novamente distinguindo os da agricultura familiar, obedecendo ao Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, o qual regulamentou a Lei nº 11.326, e às portarias e normativas subsequentes (DEL GROSSI, 2020).



Nesse contexto, o objetivo deste estudo é apresentar uma caracterização da agricultura familiar no Estado do Paraná nos anos de 2006 e 2017, fundamentada no perfil dos estabelecimentos e dos agricultores familiares, ocorrência de práticas agrícolas e de outras rendas não agrícolas, por meio da análise comparativa, na perspectiva de oferecer elementos que contribuam com a discussão acerca dos desafios e proposição de ações e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Para tanto, este estudo se organiza em quatro partes além dessa introdução. Na próxima seção, são apresentados os materiais e métodos do estudo, com destaque aos procedimentos utilizados para comparar os dois censos em questão, considerando as mudanças nas variáveis e na lei que afetaram as bases de dados. Dada a relevância da questão, a seção seguinte põe em tela a discussão acerca da classificação da Agricultura Familiar nos Censos Agropecuários 2006 e 2017, mostrando as diferenças que o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 trouxe para a análise. Apresentam-se, então, os resultados e discussão agrupados em três blocos, quais sejam da estrutura agrária, aspectos tecnológicos e características sociais e econômicas, concluindo-se o artigo com a apresentação de suas considerações finais.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa, foram utilizados dados secundários dos Censos Agropecuários (CAs) de 2006 e 2017, realizados pelo IBGE e disponibilizados no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática).

Para o Censo 2006, os dados foram acessados com a escolha do tema “Agricultura Familiar”, na página de acesso aos dados da segunda apuração (IBGE, 2020a), habilitando-se, em cada tabela trabalhada, a opção “Agricultura Familiar” no campo destinado ao tipo de estabelecimento. Já, no Censo 2017, que apresenta a seleção da tipologia do estabelecimento internamente a cada tabela disponibilizada (IBGE, 2020b), a seleção foi realizada por meio da opção “Agricultura Familiar – Sim”. As especificidades a respeito da caracterização dos estabelecimentos familiares em cada um dos Censos trabalhados encontram-se descritas em tópico específico apresentado a seguir.

Optou-se por trabalhar com valores percentuais, pois, dessa forma, a comparação fica mais evidente, não recaindo na discussão acerca da redução dos números absolutos. A análise é focada no plano estadual, entretanto, quando pertinente, são apresentados comentários para as mesorregiões do estado.

Outro aspecto metodológico importante diz respeito ao período de referência de coleta das informações. Diferentemente do ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro) utilizado em 2006, no Censo 2017 as informações se referem ao período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, sendo o dia 30 de setembro a data de referência da pesquisa. Tendo em vista as distinções existentes na apresentação dos dados em cada um dos Censos, o Quadro 1 apresenta os números das tabelas consultadas, considerando os temas e variáveis pesquisadas, descrevendo, para cada uma delas, os procedimentos utilizados, quando necessários, para viabilizar as análises comparativas.



QUADRO 1. IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS E NÚMEROS DAS TABELAS PESQUISADAS NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 E 2017, DAS VARIÁVEIS COMPATIBILIZADAS PARA VIABILIZAR AS ANÁLISES COMPARATIVAS E DOS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA ANÁLISE.

Temas trabalhados	Nome das variáveis compatibilizadas no artigo	Procedimentos utilizados para análise
Condição do produtor em relação às terras CA 2006: 2775 CA 2017: 6753	Concessionário(a) <u>ou</u> assentado(a) aguardando titulação definitiva	No CA 2006, designado exclusivamente como "Assentado sem titulação definitiva".
	Comandatário <u>e/ou</u> ocupante	No CA 2006, corresponde à variável "Ocupante". Para o CA 2017, corresponde à soma das variáveis "Comandatário" e "Ocupante".
Forma de obtenção das terras CA 2006: 2761 CA 2017: 6774	Herança <u>ou</u> Doação particular	No CA 2017, os dados são originalmente apresentados discriminando "produtor proprietário" e "produtor concessionário ou assentado sem titulação definitiva", os quais foram somados para análise. Para o CA 2006, corresponde à soma das variáveis "Herança" e "Doação particular".
	Outra forma	Para o CA 2017, corresponde à soma das variáveis "Concessão de direito real de uso (licença de ocupação)", "Concessão de terra indígena", "Posse não titulada" e "Titulação de comunidade quilombola (inclusive aquelas em fase de regularização)".
Utilização das terras CA 2006: 1431 CA 2017: 6883	Área Total (total)	Para o CA 2006, corresponde à soma da área total e das áreas com as respectivas classes de utilização dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares.
	Lavouras temporárias	Corresponde à soma das variáveis "Lavouras temporárias" e "Lavouras - área plantada com forrageiras para corte" discriminadas em ambos os Censos Agropecuários.
	Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas	Corresponde à soma das variáveis "Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas", "Construções, benfeitorias ou caminhos", "Terras degradadas" e "Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária" discriminadas em ambos os Censos Agropecuários.
Escolaridade do produtor CA 2006: 1524 CA 2017: 6755	Sabe ler ou escrever	Para o CA 2006, equivale à subtração da categoria "Não sabe ler e escrever" do total de estabelecimentos.
	Alfabetização de adultos	Para o CA 2017, foram agregadas as categorias "Classe de alfabetização - CA" e "Alfabetização de jovens e adultos - AJA".
	Ensino fundamental <u>incompleto (1º grau)</u>	Para o CA 2017, foram agregadas as categorias "Antigo primário (elementar)", "Antigo ginásial (médio 1º ciclo)", "Regular do ensino fundamental ou 1º grau" e "EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau", presentes no subgrupo "Conclusão do curso frequentado - <u>NÃO</u> ".
	Ensino fundamental <u>completo (1º grau)</u>	Para o CA 2017, foram agregadas as categorias "Antigo primário (elementar)", "Antigo ginásial (médio 1º ciclo)", "Regular do ensino fundamental ou 1º grau" e "EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau", presentes no subgrupo "Conclusão do curso frequentado - <u>SIM</u> ".
	Ensino médio ou 2º grau (completo ou não)	Para o CA 2017, foram agregadas as categorias "Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)", "Regular de ensino médio ou 2º grau", "Técnico de ensino médio ou do 2º grau" e "EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau".
		Para o CA 2006, foram agregadas as categorias "Ensino médio ou 2º grau completo (técnico agrícola)" e "Ensino médio ou 2º grau completo (outro)".
Superior (completo ou não)	Para o CA 2006, foram agregadas as categorias "Engenheiro agrônomo", "Veterinário", "Zootecnista", "Engenheiro florestal" e "Outra formação superior".	
	Para o CA 2017, foram agregadas as categorias "Superior - graduação" e "Mestrado ou doutorado".	
Origem da orientação técnica CA 2006: 2174 CA 2017: 6846	Pública	Corresponde ao enunciado "Governo (federal, estadual ou municipal)" discriminado em ambos os Censos Agropecuários.
	Outras	Para o CA 2006, corresponde à soma das variáveis "Organização não governamental (ONG)" e "Outra".
Para o CA 2017, corresponde à soma das variáveis "Organização não governamental (ONG)", "Sistema S" e "Outra".		
Tipo de outras receitas CA 2006: 1919 CA 2017: 6901	Outros tipos	Entre as diferentes categorias discriminadas, seis em 2006 e doze em 2017, consideraram-se somente as quatro plenamente compatíveis com o levantamento original de 2006.

Fonte: os autores.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6743> | Edição Vol. 31, Núm. 31, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## CLASSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 E 2017

Entre os Censos 2006 e 2017, a classificação da agricultura familiar foi alterada em decorrência do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que regulamentou a Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2021a). O Quadro 2 elenca algumas das principais alterações que o decreto trouxe em relação à lei:

QUADRO 2. RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA O ENQUADRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES, SEGUNDO A LEI NO 11.326 E O DECRETO NO 9.064 DE SUA REGULAMENTAÇÃO.

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006	Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017
Não detenha, a qualquer título, <u>área maior do que 4</u> módulos fiscais;	<u>Possuir</u> , a qualquer título, <u>área de até</u> quatro módulos fiscais;
Utilize <u>predominantemente mão de obra</u> da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento.	<u>Utilizar</u> , no mínimo, <u>metade da força de trabalho familiar</u> no processo produtivo e de geração de renda;
<u>Tenha percentual mínimo da renda familiar</u> originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;	<u>Auferir</u> , no mínimo, <u>metade da renda familiar</u> de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.	Ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento <u>estritamente familiar</u> .

Fonte: os autores

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### ESTRUTURA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA

A utilização dos critérios vigentes à época de cada um dos Censos Agropecuários aponta que os estabelecimentos familiares representavam 81,6% do total de estabelecimentos pesquisados em 2006, valor reduzido para 75,0% em 2017, o que corresponde então a 288.888 estabelecimentos (Tabela 1).

TABELA 1 – NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES. PARANÁ E MESORREGIÕES. 2006 E 2017.

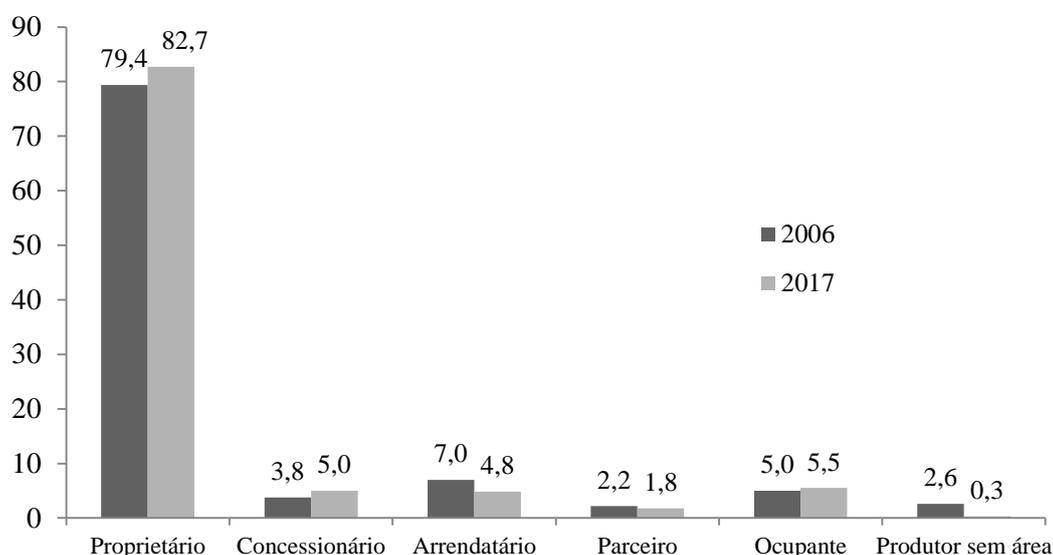
MESORREGIÕES PARANAENSES	2006			2017		
	TOTAL	Agricultura familiar		TOTAL	Agricultura familiar	
	Abs.	Abs.	%	Abs.	Abs.	%
Centro Ocidental	21.310	16.766	78,7	13.759	9.750	70,9
Centro Oriental	19.174	14.627	76,3	16.544	11.148	67,4
Centro Sul	41.368	33.589	81,2	38.147	29.359	77,0
Metrop. de Curitiba	30.462	25.886	85,0	25.876	19.529	75,5
Noroeste	37.724	29.281	77,6	30.807	20.715	67,2
Norte Central	54.277	41.390	76,3	38.559	27.154	70,4
Norte Pioneiro	29.661	23.342	78,7	26.767	19.607	73,3
Oeste	53.217	43.750	82,2	42.506	32.152	75,6
Sudeste	39.391	34.666	88,0	35.696	29.695	83,2
Sudoeste	44.479	39.531	88,9	36.493	29.779	81,6
<b>PARANÁ</b>	<b>371.063</b>	<b>302.828</b>	<b>81,6</b>	<b>305.154</b>	<b>228.888</b>	<b>75,0</b>

**Fonte:** Elaborado pelo Laboratório da Área de Sócio Economia IDR - PARANÁ (LASE) a partir de dados do IBGE (IBGE, 2020a e IBGE 2020b).

Entretanto, se utilizados os critérios vigentes em 2017 para os dados de 2006, se observa uma redução de 4.102 unidades no total de estabelecimentos familiares no Censo 2006, os quais alcançariam **298.726 unidades** ou 80,5% do total (IBGE, 2020c), com uma redução menor dado que, em 2017, os estabelecimentos familiares representam 75,0% do total. Contudo, uma vez que a divulgação de tais dados ajustados se restringiu ao nível do estado, não englobando suas mesorregiões, e contempla um conjunto limitado de variáveis, optou-se por desconsiderar a diferença pela alteração de critérios, 1,4% dos estabelecimentos considerando o total corrigido, e utilizar nas análises os dados com os critérios de enquadramento à agricultura familiar vigente em cada um dos anos censitários considerados.

Os agricultores familiares do Paraná, em sua grande maioria, são proprietários dos estabelecimentos em que trabalham e/ou moram. Na Figura 1, é possível observar a condição do produtor em relação às terras, registrando-se um acréscimo do número dos agricultores proprietários do estabelecimento entre os anos 2006 e 2017, e um decréscimo do número dos produtores sem área (Figura 1).

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA CONDIÇÃO DOS PRODUTORES EM RELAÇÃO ÀS TERRAS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES. PARANÁ. 2006 E 2017.



**Fonte:** Elaborado pelo Laboratório da Área de Sócio Economia do IDR - PARANÁ (LASE) a partir de dados do IBGE (IBGE, 2020a e IBGE, 2020b).

A predominância de agricultores familiares proprietários das terras, pode ser justificada, segundo Carneiro (2001), pela prevalência da sucessão hereditária entre gerações, que se caracteriza pela obrigação do filho mais novo de cuidar dos pais à medida que os demais também continuam subordinados à autoridade deste, visando assim à ampliação e à integridade do patrimônio. De acordo com o estudo, cerca de 60% das terras dos agricultores familiares foram adquiridas por meio de compra de particulares.

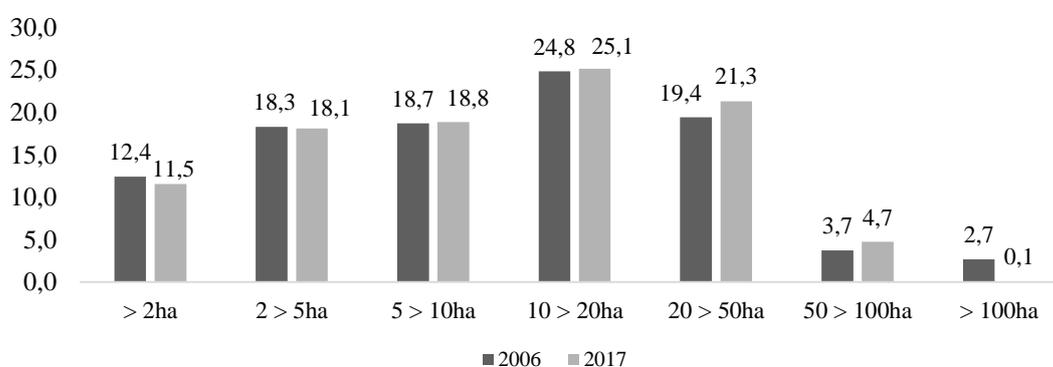
O Censo de 2017 apresentou elevação em quase todas as formas de obtenção de terras, destacando-se a herança ou doação particular, com um aumento de 16,4% em relação a 2006. No que tange à herança, Carneiro (2001) destaca o que chama de “herança desigual”, na qual muitas famílias elencam um filho para receber a terra de herança, esse filho é o sucessor do pai na propriedade, trabalhando na terra que fica para ele em contrapartida de cuidar dos pais na velhice, prática que, na maioria das situações, embute também uma questão associada ao gênero como será visto a seguir.

A resposta para a predominância da forma de obtenção de terra via compra particular remonta à Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que determinava o fim das concessões de sesmarias e, também, que a posse de terras por ocupação não mais seria possível a partir da promulgação da lei, uma vez que todas as terras que não pertenciam a particulares e nem estavam sob o domínio do poder público (municípios, províncias e da nação) pertenciam à coroa e só poderiam ser obtidas mediante pagamento em dinheiro (CAVALCANTE, 2005). A obtenção de

terras por compra particular também pode explicar o grande número de terras obtidas via herança e/ou doação particular, visto que se faz necessária a posse dessas propriedades para dispor a outras pessoas, tanto em forma de doações quanto por meio de herança.

Em 2017, os estabelecimentos familiares mantiveram a predominância dos grupos que possuem área total menor que 50 hectares, com destaque para os grupos entre 10ha até 20ha e com 20ha e menos de 50ha que, juntos, somam 46,4% desses estabelecimentos (Figura 2).

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES. PARANÁ, 2006 E 2017.



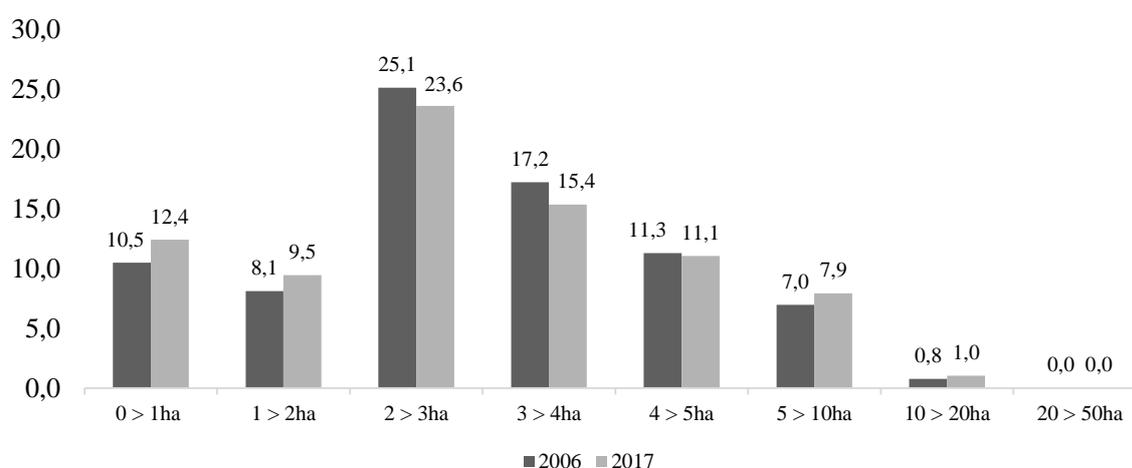
**Fonte:** Elaborado pelo Laboratório da Área de Sócio Economia do IDR - PARANÁ (LASE) a partir de dados do IBGE (IBGE, 2020a e IBGE, 2020b).

A maioria dos estabelecimentos agropecuários familiares do Paraná se caracteriza como “pequenas propriedades” no enquadramento da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, a qual apresenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, a qual assume, para aquela categoria de imóvel rural, o mesmo limite de quatro módulos fiscais presente na “Lei da Agricultura Familiar”. Observa-se ainda a presença residual de estabelecimentos com mais de 100ha, ainda que o tamanho dos módulos fiscais dos municípios do estado varie entre 20ha e 120ha.

Os estabelecimentos familiares ocupavam 27,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários paranaenses em 2006, sendo essa participação reduzida para 24,1% em 2017. Porém, essa redução não se observa em todos os tipos de ocupação; ao contrário, as áreas dedicadas ao cultivo de lavouras perenes, de flores e plantas ornamentais, bem como as pastagens plantadas em boas condições, apresentam aumento relevante da participação da agricultura familiar, que amplia a sua participação nesses grupos em 25,4, 23,6 e 12,9 pontos percentuais, respectivamente.

Em 2006, 25,1% dos estabelecimentos possuíam entre 2 e 3 hectares de área destinada a lavouras e 17,2% possuíam áreas de lavouras de 3 até 4 hectares. Tais estratos mantiveram-se predominantes também em 2017, ainda que com reduções conforme pode ser observado na Figura 3.

FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES. PARANÁ, 2006 E 2017.



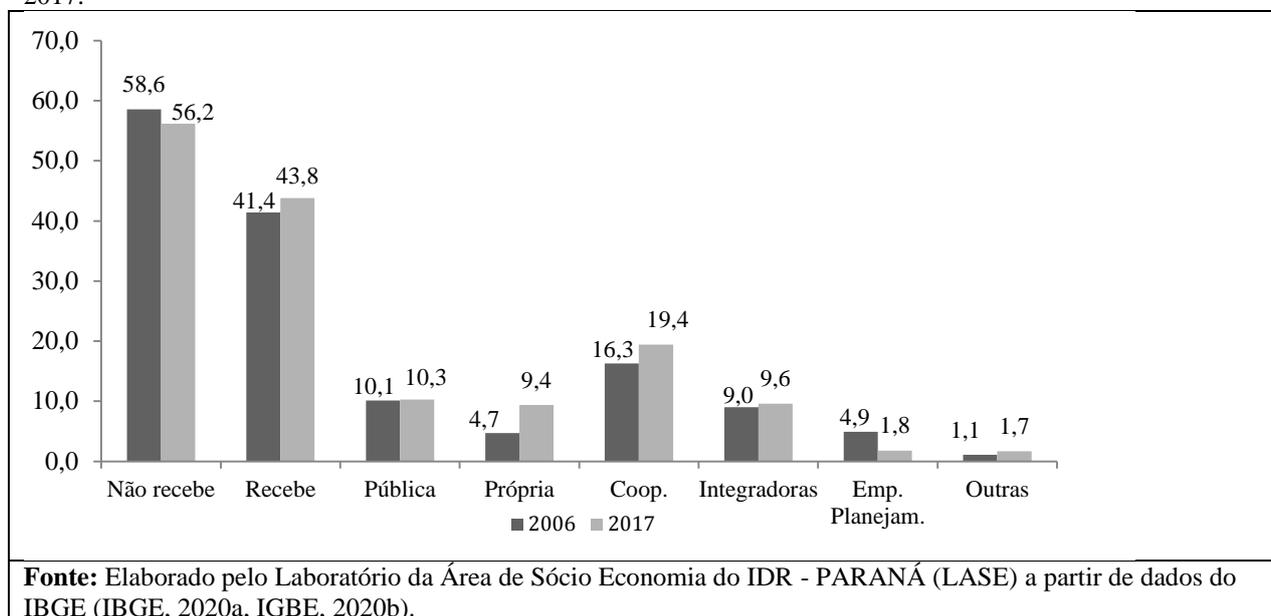
**Fonte:** Elaborado pelo Laboratório da Área de Sócio Economia do IDR - PARANÁ (LASE) a partir de dados do IBGE (IBGE, 2020a e IBGE, 2020b).

## ASPECTOS TECNOLÓGICOS

A assistência técnica é um fator determinante para a produtividade e sustentabilidade dos estabelecimentos. Entretanto, observa-se que aqueles que recebem assistência técnica passaram de 41,4% para 43,8% no período 2006 e 2017. Mais da metade dos estabelecimentos paranaenses segue sem nenhum tipo de assistência técnica para a produção, o que pode impactar em menor produtividade, aumento dos custos e insegurança por parte dos produtores, ao mesmo tempo em que ressalta a importância de o governo estadual investir nessa área (Figura 4).

A oferta da orientação técnica pública se manteve estável nos dois Censos considerados, enquanto cresce a orientação técnica por meio das Cooperativas e contratada pelo próprio agricultor. De acordo com Castro (2005), a “revolução verde” teve como preceito, desde a década de 1970, a implantação de inovações tecnológicas no meio rural por meio de diferentes políticas públicas, entre as quais a assistência técnica e extensão rural, as quais alcançaram de modo distinto as unidades familiares.

FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA OCORRÊNCIA E DA ORIGEM DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES. PARANÁ, 2006 E 2017.



A crise fiscal enfrentada pelos estados brasileiros e a extinção da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) ainda nos anos 1990 limitou a oferta de orientação técnica por parte de instituições públicas, afetando principalmente os produtores rurais familiares. Tais fatores são alguns dos quais justificam o alto valor relativo de agricultores familiares que não recebem qualquer tipo de orientação técnica.

A utilização de agrotóxicos nos estabelecimentos familiares se manteve predominante nos anos de 2006 e 2017, ampliando a sua participação de 54,6% para 64,2% dos estabelecimentos; a participação relativa dos estabelecimentos que não utilizaram e nem utilizam agrotóxico diminuiu.

Constata-se, nos últimos anos, um aumento expressivo no uso de agrotóxicos não apenas no Paraná, que, em 2016, ocupava a terceira posição (14%) entre os entes da federação que mais comercializavam agrotóxicos em todo o país. A título de comparação, no ano de 2001 foram utilizados em média 2,7kg de agrotóxicos por hectare, enquanto, em 2010, utilizou-se 5,0kg aproximadamente (VALADARES; ALVES; GALIZA, 2017). O aumento do uso de agrotóxico está intrinsecamente ligado ao avanço das monoculturas do cultivo de transgênicos, visto que tais plantas necessitam dos insumos químicos para conseguirem se desenvolver plenamente (NODARI, 2007 *apud* GABORDI; CANDIOTTO; RAMOS 2019, p.26).

No tocante ao uso de adubos químicos, observa-se que tal prática se manteve predominante nas unidades familiares entre os anos de 2006 (63,4%) e 2017 (70,6%), evolução de 7,2%, dos

estabelecimentos respectivamente. Desde a década de 60, a adubação se faz cada vez mais presente no cotidiano dos agricultores familiares, uma vez que o método aumenta a oferta de nutrientes às culturas e, por consequência, a produção. O aumento, bem como o predomínio, do uso de agrotóxicos e adubos químicos nos estabelecimentos familiares paranaenses pode estar relacionado ao perfil tradicional desses agricultores. Schneider, Cazella e Mattei (2020, p.47) apontam que os agricultores familiares da região Sul, como um todo, se apresentam mais consolidados e economicamente mais fortalecidos em detrimento das outras regiões do país. Os autores evidenciam que muitos estabelecimentos familiares da região Sul têm como base da sua produção as culturas do milho e da soja. Ambas as culturas se caracterizam por exigirem uma grande demanda de insumos químicos para atender o crescimento da necessidade desses produtos (GABOARDI; CANDIOTTO; RAMOS, 2019, p.26).

Em sentido oposto, observou-se, entre os anos de 2006 e 2017, a redução do uso de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo com queda de 10,5 pontos percentuais na participação dos estabelecimentos familiares que fizeram uso deles. A correção da acidez do solo se faz necessária ao pleno desenvolvimento das culturas (CANTARELLA, 1993), contudo o encerramento de programas de Estado que fomentavam a adoção da prática pode ser uma das justificativa para o aumento do número de estabelecimentos que deixaram de usar o calcário e/ou outros corretivos de pH.

No que concerne ao uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos agropecuários familiares paranaenses, nota-se que houve um leve aumento de 2,1% em 2006 para 2,3% em 2017. Apesar da hegemonia da agricultura não orgânica nos estabelecimentos familiares paranaenses, a agricultura orgânica pode se tornar uma alternativa para os produtores familiares visto que, como destaca Castro (2005), existe uma sintonia entre as exigências do sistema de produção orgânicos, a disponibilidade de mão de obra nas unidades familiares e os anseios da sociedade por uma alimentação saudável, conservação do meio ambiente e geração de emprego e renda. Contudo, um dos problemas encontrados no sistema orgânico de produção se encontra na necessidade e na dificuldade da certificação, um dos possíveis fatores para a baixa participação da agricultura familiar, uma vez que os custos para tal operação são elevados e a falta de apoio das entidades públicas resultam em um entrave à entrada de novos produtores (WILKINSON, 2003), fator esse ainda presente no contexto analisado.

## ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Os Censos Agropecuários trazem informações pertinentes sobre os responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas, entretanto, especialmente quando se estuda a agricultura familiar, seria importante para a análise desses cenários que a pesquisa captasse também o perfil dos membros da família, escopo, contudo, não alcançado por essa base de dados.

No primeiro tema observado, constata-se que pode estar havendo uma mudança no cenário no qual, tradicionalmente, os homens sempre foram os responsáveis pelas unidades produtivas, sendo o trabalho agrícola feminino visto como auxiliar, como “*ajuda*”, subordinado ao trabalho masculino (TEDESCHI, 2004; ALMEIDA *et al*, 2014), uma vez que os dados indicam que as mulheres em 2006 eram responsáveis por aproximadamente 10,0% dos estabelecimentos e, no ano de 2017, elas representam 13,7% das dirigentes dos estabelecimentos agropecuários do Paraná.

A presença ainda tímida de mulheres à frente dos estabelecimentos encontra justificativa já na obra de Lamarche (1993), para quem

a análise das estratégias familiares revela-nos duas evidências: em sua grande maioria, os filhos permanecem no setor agrícola e até mesmo, frequentemente, na própria exploração. Não obstante, as expectativas são diferenciadas em relação às filhas e aos filhos. Enquanto os últimos são considerados futuros agricultores, as filhas são vistas como futuras donas de casa. Isso corresponde a uma divisão sexual das tarefas. (Lamarche, 1993, p. 207)

Tais ocorrências podem ser contextualizadas por meio de estudos mais recentes, como, por exemplo, Dos Santos (2010), que apontou a predominância de homens na direção dos trabalhos no ambiente rural no Sudoeste do Paraná, justificando esta situação como decorrência do trabalho feminino ser visto, em sua maioria, como acessório àquele realizado pelo homem, ocorrendo assim a exclusão da mulher nos processos formativos e sua não participação em quadros de liderança. Outro fator adicional é a maior migração das mulheres para o meio urbano, culminando na já conhecida “masculinização” do campo (BRUMER, 2004; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Um aspecto marcante de mudança demográfica apontado pelo censo é o envelhecimento dos dirigentes do estabelecimento. Aqueles com 65 anos e mais que, em 2006, representavam 15,5% do total de estabelecimentos, em 2017 representam 23,2%. Entre os dirigentes com 55 e 64 anos, o percentual é de 21,1 em 2006 e 26,6% em 2017. Dessa forma, os estabelecimentos dirigidos por agricultores acima de 55 anos passam de 36,6% em 2006 para 49,8% em 2017.

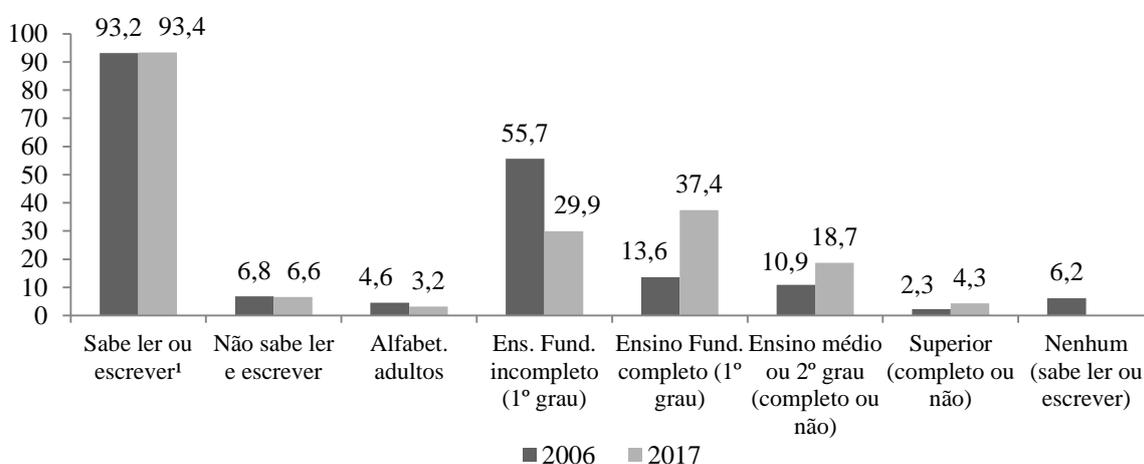
Diferentes fatores podem explicar essas informações, as quais, em suma, materializam o envelhecimento dos dirigentes. Um dos cenários possíveis é o do êxodo do campo entre os jovens,

o qual deixa de ser malvisto como antigamente e agora passa a ser incentivado pelos pais para que os filhos estudem ou busquem trabalho remunerado (COSTA; BEZERRA; MENDONÇA, 2011).

Não obstante, há também fatores estruturais como a propagação do automóvel, dos meios de comunicação e a política educacional, como processos que levaram à abertura social, econômica e cultural no meio rural, causando o estreitamento das relações com o urbano e construíram uma visão negativa do rural (BOURDIEU, 2000, *apud* SPANVELLO et al, 2017).

A Figura 5 permite observar as mudanças ocorridas no que diz respeito à escolaridade daqueles que dirigem os estabelecimentos agropecuários familiares. Nesse sentido, destacam-se a estabilidade entre os não alfabetizados e o crescimento de 13,6% de 2006 para 37,4% em 2017 entre os produtores que possuem ensino fundamental completo, sendo essa a classe predominante no último censo. Tal crescimento foi acompanhado pela redução de 55,7% em 2006 para 29,9% em 2017 daqueles com ensino fundamental incompleto, o que pode apontar para a atuação da Educação de Jovens e Adultos no meio rural nesse período.

FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DIRIGENTES DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE. PARANÁ - 2006 E 2017.



**Fonte:** Elaborado pelo Laboratório da Área de Sócio Economia do IDR - PARANÁ (LASE) a partir de dados do IBGE (IBGE, 2020a e IBGE, 2020b).

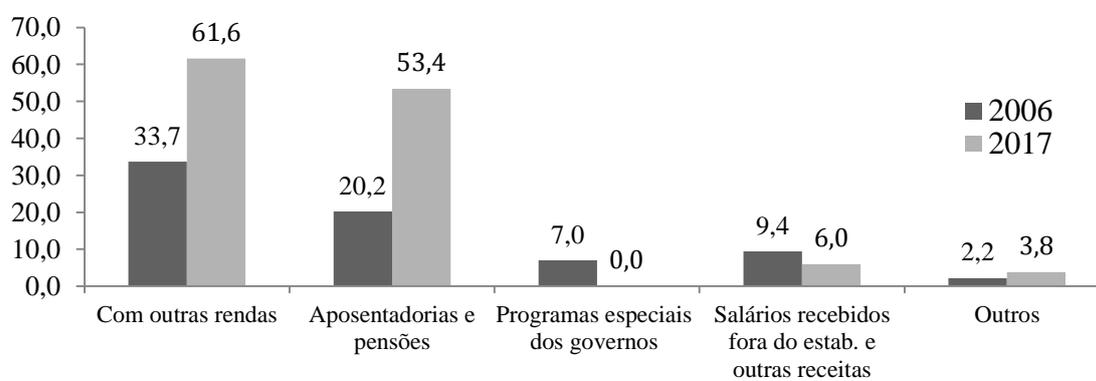
O elevado percentual de indivíduos com ensino fundamental incompleto em 2006 pode ser justificado, de acordo com Zago (2016), pela limitação da oferta escolar no rural após a 4ª série do antigo primário, além do obstáculo da inexistência de transporte coletivo, evidenciando, assim, o descaso do poder público quanto ao direito fundamental do indivíduo à educação.

Finalmente, observa-se que, entre os Censos, houve um crescimento significativo do percentual de estabelecimentos familiares que possuem outras rendas não agrícolas. Em 2006,

cerca de 33,7% dos estabelecimentos familiares declararam possuir alguma outra renda, ampliando, em 2017, para 61,6% dos estabelecimentos pesquisados (Figura 6).

Esse aumento está diretamente ligado ao recebimento de aposentadorias e pensões, cuja ocorrência mais do que dobra nos estabelecimentos familiares paranaenses entre os dois anos pesquisados. Tal fato associa-se indiretamente ao envelhecimento da população rural como um todo e dos responsáveis pela direção, conforme já discutido.

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES PELA OCORRÊNCIA E ORIGEM DE OUTRAS RENDAS NÃO AGRÍCOLAS. PARANÁ 2006 E 2017.



**Fonte:** Elaborado pelo Laboratório da Área de Sócio Economia do IDR - PARANÁ (LASE) a partir de dados do IBGE (IBGE, 2020a e IBGE, 2020b).

Outros fatores que explicam os resultados obtidos envolvem a pluriatividade nos estabelecimentos familiares em razão da insuficiência do trabalho agrícola como fonte única de renda ao encontro do discutido por Schneider (2003). É válido citar três tipos de ocupação acessória que, muitas vezes, acabam coexistindo com a finalidade de complementar a renda do produtor; são elas: trabalho temporário, ocupação dos agricultores em indústrias em domicílio e a instalação de indústrias no campo. Isso se dá pela lenta e gradual subordinação da agricultura à indústria devido ao avanço tecnológico e à superioridade técnica das grandes propriedades sobre as pequenas. (KAUTSKY, 1980 *apud* SCHNEIDER, 2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentou uma caracterização da agricultura familiar no Paraná, destacando as principais alterações observadas entre os Censos Agropecuários de 2006 e de 2017 no que tange às características dos estabelecimentos agropecuários e dos seus responsáveis. A análise comparativa entre os anos apontou um quadro de estabilidade na estrutura agrária quando consideradas a

condição legal das terras, os grupos de área total e os grupos de área de lavoura, ou de alterações pontuais em aspectos como a forma de obtenção das terras e a participação no total estadual dos diferentes grupos de utilização.

Os aspectos tecnológicos indicam um ligeiro aumento na oferta de assistência técnica, ainda que com estabilidade daquela ofertada pelo setor público, e crescimento da ocorrência de práticas como o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Observa-se também um pequeno avanço da presença, ainda limitada a 14% em 2017, de mulheres como responsáveis pelos estabelecimentos e o acentuado envelhecimento dos responsáveis pela direção das unidades produtivas, com o avanço da classe de idade acima dos 55 anos, a qual passa de pouco mais de um terço a quase metade dos estabelecimentos.

Constata-se ainda que o nível de educação formal, ainda insuficiente e predominantemente restrito ao ensino fundamental, apresenta mudanças importantes nas classes intermediárias. Finalmente, verifica-se que mais do que dobra a ocorrência de estabelecimentos com renda advindas de aposentadorias e pensões, principal fator responsável para que outras rendas não agrícolas estejam presentes, em 2017, em mais de 61% dos estabelecimentos agropecuários familiares do estado.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e uso do solo*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, SEADE, v.11, n.2, p.73-78, 1997.

ALMEIDA, Juliete Amanda Theodora de; NORONHA, Cartiele Rosale Borges De; BRITO, Erik Renan Pinto de Brito; FARIAS, Andriele Renata Barbosa de; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. *A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas*. 18º Redor, 2014. Disponível em

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1957/876>. Acesso em 16/04/2021.

BRASIL. Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm). Acesso em: 12 abr. de 2021a

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, 2004

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. *Histórica*. p. 1-7, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Ipea. Rio de Janeiro, 1999.



- CANTARELLA, H. Calagem e adubação do milho. In: BÜLL, L.T. & CANTARELLA, H., eds. *Cultura do milho: fatores que afetam a produtividade*. Piracicaba, POTAFOS, 1993. p.147-196.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.
- CASTRO, M. M. *Análise Econômica e Tecnológica da Produção Orgânica de Propriedades de Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno*. 2005. 42p. Disponível em: [http://www.asbraer.org.br/index.php/consulta/item/download/278\\_98588a5293272958b9067c640e5f24d6](http://www.asbraer.org.br/index.php/consulta/item/download/278_98588a5293272958b9067c640e5f24d6). Acesso em: 11 de abril 2021.
- CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- COSTA, Maria Regina Caetano; BEZERRA, Antonio Amaral; DE MENDONÇA, Henrique Furtado. O destino das unidades de produção familiares no meio rural: um estudo sobre a juventude no município de Morro Redondo-RS. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 11, n. 1, p. 140-153, 2011.
- DEL GROSSI, Mauro. Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do Censo. Disponível para ampla consulta. [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf) Acesso em 15 Mar. 2020.
- DOS SANTOS, Roselí Alves. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no Sudoeste do Paraná. *Geo Uerj*, v. 2, n. 21, p. 312-329, 2010.
- GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. Perfil do Uso de Agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011–2016)/Profile of pesticides use in the southwest of Paraná (2011-2016). *Revista Nera*, n. 46, p. 13-40, 2019.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford, Cab International, 1993.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#agricultura-familiar>. Acesso em 09 Março 2021(a)
- IBGE. Censo Agropecuário 2017. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 16 Mar. 2020(a)
- IBGE. Censo Agropecuário. Agricultura Familiar. Estabelecimentos Agropecuários levantados pelo CA 2006. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em 06 Abr. 2020(c)
- LAMARCHE, Hugues et al. *A agricultura familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- PARANÁ. Agência de Notícias. Paraná pede crédito fundiário para mais 500 famílias rurais. 2012. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=68637>. Acesso em: 12 de abr. 2021.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Post scriptum ao artigo “Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 42–67, 28 set. 2020.
- SPANVELLO, Rosani Marisa et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. *Desenvolvimento em Questão*, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.
- TEDESCHI; Losandro Antonio. Meu Nome é “Ajuda”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul. *Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ - Ano 19 - nº 71/72 - Jan./Dez. Ijuí, 2004.*



- VALADARES, Alexandre Arbex; ALVES, Fábio; GALIZA, Marcelo. *O Crescimento do uso de agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados de Censo Agropecuário 2017*. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 65). Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9947/1/NT\\_65\\_Disoc\\_O%20Crescimento%20do%20uso%20de%20agrototoxicos.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9947/1/NT_65_Disoc_O%20Crescimento%20do%20uso%20de%20agrototoxicos.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2021
- WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 1996.
- WILKINSON, J. *A agricultura familiar ante o novo padrão de compatibilidade do sistema agroalimentar na América Latina*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 21, p. 62-87, 2003.
- ZAGO, N. *Migração rural-urbana, juventude e ensino superior*. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016.

